

PETIÇÃO Nº 13.071 - RJ (2019/0312542-3)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
REQUERENTE : MÁRCIO FELISBERTO DA SILVA - ESPÓLIO
REPR. POR : ERMELINDA GARCES DA CRUZ
REQUERENTE : EVANDRO DA SILVA FREIRE
REQUERENTE : EIDINALDO DUMAS DA SILVA
REQUERENTE : CARLOS SALGADO
REQUERENTE : JOAO BATISTA RODRIGUES DE SOUZA
REQUERENTE : SILVIO RICARDO DE SOUSA PIMENTA
REQUERENTE : ALERCIO MORAES GUIMARAES
REQUERENTE : HELTON JOSE CORREA BENEVIDES
REQUERENTE : MARCO VINICIUS DOS SANTOS
REQUERENTE : PAULINO BASTOS DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VARGAS MARÇAL - RJ054368
REQUERIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade, com pedido de Tutela Provisória, ajuizada contra acórdão proferido no Ag 493.352, Relator Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 29.9.2003, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TEMA NÃO VENTILADO NA INSTÂNCIA A QUO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. ALÍNEA "C". ART. 255/RISTJ. COTEJO ANALÍTICO. INEXISTÊNCIA.

I - Não há que se falar em prequestionamento quando a matéria objeto da discussão na instância a quo tratou de tema diverso do constante no recurso especial. Aplicável, à espécie, as Súmulas 282 e 356/STF.

II - A admissão do especial com base na alínea "c" impõe o confronto analítico

entre o acórdão paradigma e a decisão hostilizada, a fim de evidenciar a similitude fática e jurídica posta em debate, nos termos do art. 255/RISTJ. Ademais, devem ser juntadas cópias autenticadas dos julgados ou, ainda, deve ser citado repositório oficial de jurisprudência.

III - Agravo interno desprovido

Os autores defendem a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar a demanda. No mérito, sustentam a tese de que se deve reconhecer estabilidade aos militares temporários que permaneceram na função, que, pela inércia da Administração, teriam adquirido o direito à estabilidade. Alegam, ainda, ofensa aos arts. 178 e 179, I, do CPC/2015.

É o relatório.

Decido.

Trata-se, na origem, de pretensão deduzida em ação ordinária visando à anulação de ato de licenciamento de militares temporários da Força Aérea Brasileira (FAB), rejeitada pela Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no julgamento da Apelação Cível 2001.02.01.030864-7, sob o fundamento de que "os militares temporários não têm direito à permanência indefinida nas Forças Armadas, sendo lícito a não renovação do engajamento".

Os autores baseiam a presente Ação Anulatória sob exame nos arts. 178 e 179, I, do CPC/2015, alegando nulidade por ausência de intimação do Ministério Público.

Às fls. 78-80, e-STJ, determinei que a inicial fosse emendada.

Sobreveio, então, a Petição de fls. 78-80, esclarecendo que "a pretensão arguida nos autos em epígrafe (arts. 178 e 179, I, do CPC/2015) se deu em razão de que; na ação originária -Ag 493352 (2003/0024286-0)- consignou o MP estar CIENTE da decisão que desproveu em 21/07/2003, o agravo interno oposto pelas partes, sem, contudo, haver sido o parquet, preliminarmente, INTIMADO à época para suprir a exigência do Art.179, I do NCPC (e-STJ Fl.66/67), cuja tramitação e julgamento, sem análise do mérito, se deu por essa respeitável corte superior".

É caso de indeferimento liminar.

Em primeiro lugar, nota-se que a tese defendida na inicial é de que a ausência de intimação do *Parquet* geraria prejuízo porque "a ação cautelar proposta à época, foi reformada pelo TRF da 2ª Região em 11/11/1997, quando os autores já teriam alcançados mais de 19 (dezenove) anos de efeito serviço castrense".

Se o prejuízo foi o julgamento de mérito desfavorável, não há o que se questionar no Superior Tribunal de Justiça, pois esta Corte não conheceu do Ag 493.352 com fundamento nas Súmulas 282 e 356/STF e na não comprovação da divergência. Em outras palavras, se esse foi o prejuízo, a Ação Anulatória deveria ter sido ajuizada onde ele se produziu, isto é, nas instâncias ordinárias. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA ANTIGA PRIMEIRA TURMA DO TRF 2ª REGIÃO. COMPETÊNCIA PARA APRECIAR E JULGAR A QUERELA NULLITATIS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA NO CPC E NO REGIMENTO INTERNO DA CORTE A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS REGRAS ATINENTES À AÇÃO RESCISÓRIA. COMPETÊNCIA DA TURMA ESPECIALIZADA QUE SUBSTITUIU O JUÍZO QUE EXAROU O DECISUM. PRECEDENTES.

1. Agravo interno cuja a controvérsia gira em torno da utilização da doutrina ou da analogia, amparada nos requisitos da ação rescisória, para definir a competência interna para apreciar e julgar querela nullitatis, em face da

ausência de previsão expressa no CPC e no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

2. O entendimento desta Casa, no que diz respeito a chamada querela nullitatis insanabilis, é de que a competência para apreciação e julgamento pertence ao juízo primevo, pois não se pretende a rescisão da coisa julgada, mas apenas o reconhecimento de que a relação processual e a decisão jamais existiram. Precedentes: REsp 1015133/MT, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/ Acórdão Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 23/04/2010; REsp 710.599/SP, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 14/02/2008.

3. Registre-se que a jurisprudência do STJ é no sentido de que descabe ação rescisória calcada em nulidade do mandado de segurança por ocorrência de vício, à míngua de sentença de mérito a habilitar esta via em substituição à própria, qual seja, a de querela nullitatis. Precedentes: AR 771/PA, Segunda Seção, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 26/02/2007; AR 569/PE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 18/02/2011; AgRg no REsp 470.522/MG, Rel. Min. Paulo Furtado (Desembargador Convocado do TJ/BA), Terceira Turma, DJe 20/08/2010.

4. A interpretação analógica não se demonstra a mais adequada para a resolução do caso dos autos, ante as diferenças existentes entre os feitos anulatório e rescisório, o que permite a utilização da doutrina e da jurisprudência do STJ para estabelecer que a competência, para análise e decisão da querela nullitatis, é da Turma especializada que sucedeu o Juízo que proferiu o julgado tido por anulável, como foi definido pelo Tribunal de origem. 5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.199.335/RJ, Relator Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22.3.2011)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. QUERELA NULLITATIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE PROFERIU A DECISÃO SUPOSTAMENTE VICIADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Tem competência para processar e julgar a querela nullitatis o juízo que proferiu a decisão supostamente viciada.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara de Acidentes do Trabalho de Santos - SP, o suscitado (CC 114.593/SP, Relatora Min. Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJe 1.8.2011)

Entretanto, como fica claro na emenda feita à inicial (fls. 78-80, e-STJ), os autores alegam que a ausência de intimação do Ministério Público, no Superior Tribunal de Justiça, teve como prejuízo a decisão de mérito desfavorável nas instâncias ordinárias. É inepta a Petição Inicial, porquanto da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão (art. 330, § 1º, III, do CPC/2015).

Mesmo que isso pudesse ser superado, não há como reconhecer

nenhum vício no transcurso do Ag 493.352 no Superior Tribunal de Justiça.

Depreende-se do extrato da movimentação processual do referido recurso que o Ministério Público tomou ciência da decisão monocrática nele proferida e não se insurgiu contra a ausência de sua prévia intimação. Quer dizer, o *Parquet* não apenas deixou de demonstrar prejuízo como sequer teve interesse em fazê-lo.

Sendo assim, não há como nem cogitar de nulidade. Nesse sentido: "Não tendo o Parquet demonstrado que a ausência de sua intimação tenha ocasionado algum prejuízo, deve-se aplicar o entendimento desta Corte Superior, de que a ausência de intimação do Ministério Público, por si só, não enseja a decretação de nulidade do julgado, à luz do princípio *pas de nullité sans grief*, consoante o entendimento firmado nesta Corte Superior" (AgInt no AREsp 860525/SP, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 18.11.2019).

Além disso, como já dito, o recurso não mereceu conhecimento por esta Corte e "a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça já se sedimentou no sentido de que a ausência de intimação do Ministério Público, por si só, não gera nulidade do julgado, a não ser que se constate `efetivo prejuízo para as partes ou para apuração ou para apuração da verdade substancial da controvérsia jurídica, à luz do princípio *pas de nullités sans grief*` (AgRg em RESp n.º 426.672/RJ, Ministro Herman Benjamin, Publicado em 05/06/2014), hipótese inócurrenente no caso dos autos" (AgRg no REsp 1.319.821/PB, Rel. Min. Marga Tessler, DJe 16.12.2014).

Assim, não há como reconhecer prejuízo no pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça, nem para as partes, nem para a apuração da verdade substancial, simplesmente porque não houve juízo de mérito nesta instância superior.

Ante o exposto, com base no art. 485, I, do CPC/2015 e no art. 34, XVIII, do RI/STJ, indefiro liminarmente a Petição Inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator